

A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)

[ROCHA, Heloísa Helena Pimenta, Campinas: Mercado de Letras e São Paulo: Fapesp, 2003, 272 p.]

Diane Valdez*

A obra “*A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*” é fruto da tese de Doutorado em Educação defendida pela professora Heloísa Helena P. Rocha, na Universidade de São Paulo. A autora apresenta resultados de sua investigação sobre as práticas higienistas impulsionadas pelo *Instituto de Hygiene*, na cidade de São Paulo, ressaltando o contexto histórico que colocou em cena as práticas de higiene e educação no interior da escola. Recorre a diferentes fontes, como imprensa, legislação, processos, atas, relatórios, manuscritos, conferências e teses do período, apoiando-se em obras de vários autores, sobretudo da história, o que representa uma boa contribuição para a história da educação brasileira.

No Capítulo 1, intitulado “Da desordem urbana à ordem racional”, a autora destaca a cidade de São Paulo, no final do século XIX e início do XX, com seus “novos” cenários e personagens reconhecidos como “símbolos de civilização”: palacetes, avenidas largas, prédios suntuosos, bondes, novos traçados, crescimento demográfico, etc., buscando nos relatos de memorialistas, romancistas e jornalistas as reações de otimismo, fascínio, pessimismo, desconfiança e outros sentimentos que se mesclam diante das modificações do cenário em questão. Em seguida, recorre aos relatórios oficiais (secretários, prefeito, presidente) do Estado e da capital paulista, aos estudos e discursos médicos e à imprensa operária para ressaltar os problemas ocasionados pelo crescimento da cidade, e o modo como isso passou a ser motivo de apreensão por parte das autoridades, sobretudo dos médicos e engenheiros.

Após discorrer sobre a modernidade e a prosperidade da capital paulista, Rocha revela as contradições da face “menos nobre” da “cidade viciosa”, ou os lugares

* Doutoranda em História e Filosofia da Educação pela FE – Unicamp, membro do Grupo de Estudos História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) – FE – Unicamp. Bolsista do CNPq. dianevaldez@terra.com.br

que “ameaçavam” o desenvolvimento da capital, destacando os símbolos da “desordem”, como a idéia da “invasão” dos imigrantes italianos, a miséria, o desemprego, os bairros industriais com suas casas geminadas, as habitações coletivas e os cortiços que abrigavam operários, imigrantes, escravos libertos, artesãos e pequenos comerciantes. Esses locais, devido às condições sanitárias, levaram os *homens de ciência* a elaborarem propostas políticas de intervenções urbanas com práticas para “civilizar” os trabalhadores pela higienização e saneamento. Nesse contexto, a autora apresenta o papel do *Serviço Sanitário* e as estratégias adotadas para eliminar os focos dos males provindos desses “espaços degradantes” que, para as autoridades, impediam o crescimento ordenado da capital. Recorre ao *Código Sanitário*, cujos novos traçados separavam do centro urbano tudo que era considerado insalubre, era preciso higienizar e disciplinar a população, proibindo os costumes “não ideais” e prescrevendo, assim, modelos de ordenação urbana.

Rocha destaca o binômio “pobreza-doença” para colocar em cena o *Instituto de Hygiene* (1918), órgão criado pelo governo do Estado de São Paulo e pela Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, oficializado em 1924 e reconhecido em 1931 como a *Escola de Hygiene e Saude Publica do Estado*, incorporada à Universidade de São Paulo (1938) e subordinada à cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina. Para a autora, entre 1922 e 1927, o *Instituto de Hygiene* ocupou um lugar decisivo na formulação da política sanitária, produzindo um discurso científico que não abandonava as práticas policiaescas, embora enfatizasse, numa perspectiva de reatualização, a vigilância constante pela educação, para melhor uniformizar a população considerada “incapaz de responder aos sonhos eugênicos”.

No Capítulo 2, “O lugar da ciência”, a autora aborda a moderna ciência oficializada pelo *Instituto de Hygiene*, ressaltando desde o jogo político colocado em cena, até a aprovação do projeto que criou o *Instituto*. Analisa também os discursos, tanto dos parlamentares que, favoráveis à criação do *Instituto*, divulgavam sua excelência, quanto dos, que por serem contrários, não acreditavam em inovação e questionavam a redução da autoridade do *Serviço Sanitário*, assim como a “infiltração americana” da Fundação Rockefeller. A aprovação do projeto colocou em cena estratégias e impôs os conhecimentos da medicina científica reinventando práticas que estivessem mais de acordo com a “realidade brasileira”. Rocha, sem perder de vista a história da Fundação Rockefeller, discorre sobre sua criação, assim como suas ações, articulações, práticas e programas de saúde pública, a qual, então, teve os rumos definidos no Brasil. A “ajuda dada” pela ciência americana é abordada através da análise dos discursos dos dirigentes da Faculdade de Medicina e das autoridades americanas, com ênfase no novo delineamento, que amplia o campo de atuação do *Departamento de Hygiene*. Discorre ainda sobre os atritos, a influência norte-americana, a construção do novo prédio, as novas concepções da Faculdade de Medicina, a oposição e a discussão com a Fundação Rockefeller, a

reorganização e o triunfo do *Instituto*, que passou a ocupar um papel fundamental na orientação do governo quanto às questões sanitárias para homogeneizar e uniformizar a população.

No capítulo 3, “Novos agentes, novas práticas”, a autora discorre sobre o papel relevante da fotografia, instrumento que possibilitava ver a “realidade nua, crua, triste, suja”, e também sobre o modo como isso foi utilizado pelos *homens de ciências* para articular a *reforma dos costumes* dos pobres. Ressalta o papel dos registros fotográficos na formação, na elaboração de relatórios e de práticas docentes, além de mapear, documentar, registrar e divulgar as práticas de intervenção. Para Rocha, os vários temas fotografados, catalogados e legendados compunham uma narrativa sobre a desordem urbana, tecendo uma leitura que justificava as intervenções para “educar a população”. Os médicos higienistas expunham, por exemplo, as fotografias que focalizavam a suntuosidade do centro, a qual se contrapunha à paisagem urbana obstruída pela lama e dejetos das enchentes, demonstrando que os cortiços e as habitações coletivas eram obstáculos à circulação do ar e da água, um princípio tão caro à higiene. Diante disso, a autora esclarece que não se deve tomar isso como uma simples prática de registros, pois a máquina fotográfica é um instrumento para essas autoridades produzirem um discurso sobre a cidade e seus habitantes. As fotos legendadas legitimavam a necessidade da reordenação do espaço e de novos dispositivos para disciplinar a população, identificando pobreza e atraso, doenças e desordem.

A ciência e o registro fotográfico articulavam-se forjando a “consciência sanitária”, sobretudo nos discursos dos protagonistas que divulgavam a superação das concepções policialescas predominantes, ampliando o movimento da prevenção e repensando a formação do médico e de novos agentes. Para Rocha, nesse período, consolidou-se o papel do *Instituto* na formação dos funcionários do *Serviço Sanitário* e de novos agentes de saúde, pois os cursos, que aliavam teoria e prática, possibilitavam a articulação de novas estratégias de intervenção, que aliavam a vigilância aos métodos de persuasão. A autora invoca o tripé “saúde, instrução e moral”, alicerce na atuação das educadoras sanitárias, que pela experiência com a educação da infância, converteria então a população à *religião da higiene*. Ela analisa, ainda, os efeitos desse trabalho, recorrendo ao papel “modernizador” de intervenção, atribuído à educação para superar os problemas sanitários, enfatizando a criação do curso de educadoras sanitárias, como uma das principais inovações.

Em seguida, discorre sobre o *Centro de Saúde*, órgão “educativo” que tinha por finalidade orientar “pela educação”, investigando a vida e os hábitos da população, para que sua ação fosse coroada na educação sanitária. O curso ministrado pelo *Instituto de Higiene* tinha como prioridade a infância e a juventude; sendo a infância seu alvo, pela concepção de “infância plástica e plasmável” e, também porque, por meio das crianças, seria possível atingir suas famílias, ensinando-lhes

um modo de vida civilizado. O “novo ideário educacional” trazia no programa a regeneração física e moral da população, e cabia ao *Instituto* o papel fundamental de formar esses novos agentes, reorientando a política sanitária e o modelo de intervenção sobre a realidade social. Além de *lócus* de formação, o *Instituto* era, ao mesmo tempo, o *lócus* de produção, onde os *homens de ciências* incidiam sobre cada indivíduo, conclamando-o a ser responsável pela sua própria saúde.

No Capítulo 4, “A exposição dos comportamentos exemplares”, Rocha destaca o papel da câmara fotográfica, que fez da escola um cenário dos *rituais da saúde*, intervindo sobre o aluno e produzindo práticas escolares modelares que serviriam como materiais de propaganda, legitimando, assim, uma política sanitária deslocada dos métodos policiais, para os métodos educativos. As fotografias traziam os símbolos da ciência, como microscópio, balanças etc., as quais tomavam lugar nas salas de aula e nos pátios das escolas, sem deixar de extrapolar os muros dos grupos escolares, evidenciando, também, o papel da educadora sanitária, que compunha os cenários das fotos como elemento hierarquizador da imagem.

A autora, em seguida, analisa o papel da escola na “regeneração da raça”, observando através da linguagem fotográfica as práticas de orientação das educadoras no disciplinamento da infância, visto que era tarefa da escola primária modelar a natureza infantil e *reformatar os costumes*. Utiliza como referência a tese *O saneamento pela educação*, de autoria do Dr. Antonio de Almeida Junior (1922), para destacar a aproximação entre educação e higiene, demonstrando um panorama de articulação entre higiene e moral e ressaltando os problemas sanitários como de ordem educativa, o que justificava a capacidade redentora da escola primária nessa questão. Para ela, a justificativa contida na tese estava fundamentada na plasticidade infantil e na apropriação da infância como objeto de intervenção, pois “só a criança é realmente educável”. Recorre a argumentações teóricas utilizadas nessa tese, sobretudo a modelagem da infância, que garantia a eficácia da educação sanitária.

Diante dos argumentos divulgados no período, a autora discorre sobre os motivos do investimento da escola primária para a regeneração da população e sobre o papel exemplar da capital paulista para os demais estados. Traz em cena, ainda, o papel da psicologia infantil, focado por Almeida Júnior para evitar os maus hábitos e inculcar os bons, garantindo um caráter de cientificidade. O papel de cada item (como a imitação, a obediência, o amor próprio e o raciocínio) é ressaltado e analisado por Rocha, que destaca como a educação sanitária se configurava no objetivo primordial do ensino, em que o professor deveria ser um exemplo capaz de ensinar higiene “pelo contágio”. Nessas práticas de intervenção pedagógica, o asseio e a decência eram elementos destinados a produzir comportamentos considerados “civilizados” e os professores recorriam, na sala de aula ou no pátio, a materiais visuais para atrair a curiosidade e o interesse infantil, o que favorecia, assim, o *ensino pela retina*, que objetivava atingir não somente as crianças, como

também suas famílias, realizando, desta forma, o que a autora chama de obra de “regeneração da população”.

Ao abordar o papel dos impressos para educar a infância, Rocha versa sobre a vasta elaboração de materiais, como pôsteres, cartões-postais, folhetos e a publicação da *Cartilha de Hygiene*, um livro infantil, produzido pelo Dr. Almeida Júnior, com linguagem considerada fácil, correta e atraente. Além de anexar ao seu estudo partes desse material, a autora registra o “sucesso” dessas publicações, analisando as ilustrações e lições que dizem respeito à circulação no espaço urbano, como a figura do Saci Pererê, contracenando e defendendo todos das doenças e do mal. Rocha considera essa cartilha um dispositivo para impor os conhecimentos higiênicos voltados para a normalização do comportamento infantil, lembrando que a educação e a propaganda foram elementos indissociáveis na higienização da população. Priorizou-se a educação sanitária das crianças, porém sem abrir mão da educação dos adultos, com destaque para um dos caros princípios da ciência norte-americana: o valor da prevenção das doenças. Os cartazes convocavam a população a aderir às regras postuladas, com mensagens breves, cujo teor se propunha a conduzir do vício à virtude, destacando a representação da transgressão por meio da figura do caipira para eliminar as condutas viciosas e apelando para as boas regras de conduta, que previam, ainda, punições para o “incivilizado”, que não seguisse as boas regras. Rocha finaliza este capítulo trazendo a reação da imprensa operária com suas críticas ao *Instituto de Hygiene* e expondo, em seguida, suas considerações finais, que evidenciam a forte articulação entre higiene e educação neste período, assim como as influências na moralização dos costumes, respaldada pela ciência.

Enfim, esta obra merece ser divulgada não somente pelo fato de analisar um tema relevante para a história da educação brasileira, como também pela abordagem séria e cuidadosa da autora, que não se afastou, em nenhum momento, do contexto da história política, econômica e social do período, inserindo o tema neste cenário de forma competente e esclarecedora.